

ASPECTOS DO MÚLTIPLO NAS SOCIEDADES DE COMUNICAÇÃO

JANICE CAIAFA¹

Resumo: Neste texto tentamos elucidar as características de uma nova situação estratégica em que somos controlados em nome, paradoxalmente, da flexibilidade, da multiplicidade e até da diferença. O poder contemporâneo vem assimilando cada vez mais todo um repertório de palavras e ideias que se sabia provir de um pensamento ou de uma prática política de contestação. Nesse contexto, as tecnologias da informática e da cibernética, sobretudo em sua figura mais emblemática, a internet, têm desempenhado um papel importante. O texto indica que, inclusive para que possamos explorar as potencialidades criadoras dessas tecnologias, é crucial conhecer e fazer a crítica desse papel. Trata-se, apontamos, de aspectos do múltiplo que estão sendo mobilizados pelos novos poderes em diversos contextos, e que não necessariamente constituem, num sentido forte, multiplicidade.

Palavras-chave: Poder. Tecnologias da informação. Diferença.

Abstract: In this text we try to elucidate how, in the context of contemporary capitalism, control is exercised, paradoxically, in the name of flexibility, multiplicity, and even difference. A whole repertoire of words and ideas has been assimilated in which we used to recognize practices of criticism in politics and knowledge. In this context, informatics and cybernetics, with their emblematic expression, the Internet, have been playing an important role. The critical understanding of this role in the new strategic situation is crucial if we want to explore the creative potentialities of these technologies. We argue that the aspects of "multiple" that are being explored by the new powers in several contexts might not constitute, rigorously, multiplicity.

Key-words: Power. Information Technology. Difference.

Desde o período de pós-guerra, o capitalismo vem abandonando as manobras mais pesadas da fábrica e outros meios de confinamento e investindo cada vez mais num regime de mobilidade e de aparente abertura. Muitas bandeiras contestatórias, que eram usadas contra os circuitos mais rígidos em que o poder predominantemente se exercia, parecem ter sido encampadas no contexto desta nova situação estratégica em que o controle mais eficaz opera na dispersão e a utiliza diretamente.

A valorização do capital no plano econômico e também o controle dos investimentos de desejo cada vez mais funcionam, paradoxalmente, deixando fluir. De fato, a valorização

¹ Professora do Programa de Pós Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. Email: scintilla1@terra.com.br

econômica e o controle subjetivo não são dois momentos separados. O investimento direto do desejo no econômico está no centro da organização de poder que o capital enseja (Deleuze, 2002). Esse acoplamento básico na lógica capitalista — e que gera ao mesmo tempo desigualdades socioeconômicas e pobreza subjetiva — opera hoje com sucesso nos circuitos ágeis das operações financeiras, dos regimes abertos ou flexíveis de trabalho, dos processos instantâneos de comunicação e informação. É, aparentemente, o capitalismo da multiplicidade e, com certeza, da flexibilidade e da dispersão — mesmo que por vezes o capital tenha que proceder aos ajustes necessários para podar os excessos do regime aberto e prosseguir.

Uma confusão se produziu quando palavras e ideias que se sabia provir de um pensamento ou de uma prática política de crítica ao poder começaram a ser utilizados pelos portadores do capitalismo. Esses termos se inscrevem hoje numa espécie de nebulosa onde é difícil discernir limites e posições. Não é claro o que está se passando e é preciso um esforço de pensamento para se compreender esse efeito perverso que adveio com as novas manobras do capital.

Enfrentamos, ademais, riscos teóricos e políticos diante dessa confusão. Aqueles que ocupam postos chave nessa estratégia de dominação — e que constituem, numa expressão de Deleuze (1990), "a raça impudente de nossos senhores" — podem confortavelmente proclamar que são eles próprios que realizaram as esperanças dos contestadores e revolucionários, ou que representam a expressão viva das filosofias da diferença. Há muitas apropriações possíveis nesse contexto. A própria produção de conhecimento entra em algum grau nessa nebulosa e pensamentos em conformidade com a situação podem igualmente fazer uso desse vocabulário que hoje produz por vezes ressonâncias vazias. A confusão pode sugerir um uníssono com o pensamento da diferença e com as lutas tão duramente travadas até hoje, e que talvez tenham que se voltar um pouco mais agora contra as aparências de multiplicidade.

O capitalismo mundializado e dispersivo não é uma realização dos anseios dos que lutaram contra o modo de dominação que se apoiava num tipo de confinamento (regime que Foucault chamou "disciplinas").² A mundialização e a dispersão que servem de suporte ao

² Michel Foucault (1977 e 2003) analisou as tecnologias de poder que se desenvolvem na sociedade moderna, por ele denominadas "disciplinas". Foucault se ocupa de identificar os mecanismos de poder infinitesimais que sustentam os efeitos globais de dominação em diversas sociedades e períodos históricos. Nas sociedades disciplinares, o poder se exerce através de uma vigilância ininterrupta sobre o indivíduo e do controle minucioso do seu tempo. As típicas instituições disciplinares são a prisão — modelo para todas as demais — a escola, o hospital, a fábrica e outras semelhantes. O poder disciplinar é normalizador, ou seja, visa avaliar e produzir comportamentos conforme padrões de normalidade e adaptação, num processo que Foucault chamou de "ortopedia social".

poder são, ao contrário, uma conversão dessas ideias e práticas de luta. As conquistas obtidas contra aquele primeiro modo de sujeição se desenvolveram num outro plano, diferente do lugar em que se operou a conversão para o poder dispersivo — e, na medida em que foram bem sucedidas, necessariamente escaparam também desse novo poder. No mesmo golpe, para se instalar o poder flexível teve que neutralizar forças advindas daquelas lutas.

As tecnologias da informática e da cibernética, sobretudo em sua figura mais emblemática, a internet, estão no centro dessa cena. Os momentos históricos são marcados também pelas máquinas: as alavancas, os relógios ou, no capitalismo industrial da fábrica e da prisão, a máquina a vapor. Os humanos estão sempre se acoplando a suas máquinas. Não advêm daí apenas efeitos de dominação mas, no capitalismo, a inovação técnica, apesar das linhas de criação que também enseja, tem servido para resolver crises e solidificar a organização de poder. Os computadores imbricados nos diversos arranjos tão originais que são hoje possíveis têm desempenhado um papel importante no novo imperativo de inscrever sem centralizar, controlar na superfície múltipla que prescinde de um cerceamento mais evidente. Têm nos trazido também outras coisas — que estamos ainda no curso de buscar.

No mundo dos estudos e da universidade, houve, de início, muita euforia com o advento da comunicação ampla por computador. Não que o entusiasmo tenha passado, ao contrário, mas é talvez um pouco menos generalizada, por exemplo, a crença na conhecida tese defendida por Pierre Lévy (1993) de que algo necessariamente benéfico adviria dessa comunicação multi-direcionada entre muitos ou todos.

Não deveríamos nos furtar às novidades do nosso tempo. Mas o entusiasmo pode nos impedir de compreender e mesmo de aproveitar os aspectos criadores que se produzem apesar dos imperativos que o presente necessariamente impõe. Não podemos nos colar totalmente ao presente, nos atualizar totalmente. Alguma irregularidade tem que ser introduzida na relação com o nosso tempo para começarmos a pensar (Caiafa, 2000).

Gilles Deleuze e Félix Guattari definiram dois tipos de espaço, cuidando de não lançá-los num plano de simetria ou oposição: o espaço estriado e o espaço liso (Deleuze e Guattari, 1980: 592-625). Em contraste com as marcas e os direcionamentos do estriado, o espaço liso é aberto, heterogêneo e multidirecional. Os autores mostram como esses dois tipos de espaços envolvem diferentes modos de ocupação e estão ligados a certas práticas sociais e políticas. As práticas mais vigorosas e contestadoras produzem espaços lisos — como o nomadismo, a viagem e as literaturas revolucionárias ou "menores".

É interessante observar como, na situação que se instaurou com as novas modalidades de exercício do poder, essas atribuições do espaço liso podem ser frequentemente aplicadas ao capitalismo flexível — com seus regimes mais "livres" de trabalhos, seus projetos de incitação ao consumo acompanhadas de declaradas pretensões à arte e ao pensamento, seus rasgos de generosidade ao acolher por conversão a diferença e ao auxiliar com algumas migalhas aqueles mesmos que ele esmaga.

Ocorre que os espaços lisos não são em si mesmos liberadores, indicam os dois autores. Deleuze e Guattari (1980: 625) recomendam que não se acredite que um espaço liso "basta para nos salvar". Mostram ainda que se existe a distinção entre esses tipos de espaço, há ao mesmo tempo a mistura dos dois. Há constantemente relações e passagens de um ao outro. O aberto e o fechado, o múltiplo e o marcado não o são de uma vez por todas. Essas conversões mútuas, não menos que a distinção entre os dois procedimentos, investem os arranjos sociais concretos e produzem vários e diferentes efeitos. Este ponto pode ser útil para desdobrarmos o problema de que tratamos aqui, como veremos a seguir.

Poder contemporâneo

O capitalismo que se desenvolve depois da Segunda Guerra Mundial — e sobretudo a partir dos anos 1980 — produz à sua maneira um espaço aberto onde é preciso garantir, antes de tudo, a liberdade do capital. Trata-se de eliminar ao máximo as restrições à sua mobilidade para que se realizem a sua reprodução e a sua valorização, que ocorrem cada mais em escala mundial. Nesse contexto, o Estado vem sendo acusado de intrometido, lento e pesado. Sobretudo no chamado modelo angloamericano (Sennett, 2008), a desregulamentação se impôs sobre qualquer possibilidade de pacto social, ensejando uma nova configuração do capital financeiro. Esse caminho, contudo, não vem se dando sem tropeços. Na crise de 1929 foi preciso recorrer a uma intervenção do Estado tanto para regular esses mercados livres, ou seja, restringi-los um pouco ou administrar seu movimento, quanto para forçar alguma repartição de renda — objetivando garantir a perpetuação do esquema de poder. Em seguida, contudo, esse ajuste regulatório foi perdendo adesão, a lição de que o excesso de mobilidade pode oferecer riscos ao próprio capital foi sendo esquecida. Hoje vivemos no rastro de uma outra crise, que eclodiu em 2008 e que vem sendo comparada à de 1929, e que talvez também siga o mesmo curso.

No regime de abertura aos fluxos financeiros, os capitais especulativos podem entrar e sair quando quiserem de um país, absorvendo lucros vultuosos e agredindo as economias

nacionais se contrariados. Uma empresa estrangeira se aloja num país quando lhe apraz e, esgotada aquela fonte de exploração, abandona a presa e vai predar em outro sítio. O Estado procura não atrapalhar e se ocupa de ajudar na acolhida a esses visitantes descompromissados. A mundialização que nos foi legada é, em grande parte, esta da liberdade do deslocamento de capitais para a produção e a realização de mais-valias econômicas e subjetivas em nível internacional.

Para entender o regime de hipermobilidade que cada vez mais caracteriza os circuitos do capital, podemos falar, a partir de Deleuze (1990: 246), num capitalismo de "rotação rápida". Os sistemas fechados das disciplinas operavam — e ainda operam, já que não se passa de uma vez por todas de um a outro regime — com o mecanismo mais simples de exploração que consiste em investir o mínimo na produção e nos salários e obter o máximo de benefícios. O atual capitalismo faz isso também, mas a noção de "benefício" se sofisticou muito. A empresa moderna e dinâmica tem seus truques para obter retorno rápido.

Por exemplo, como mostra Sennett (2008: 43-44), uma empresa pode se desorganizar totalmente como instituição só para se mostrar atraente aos investidores e valorizar seus títulos no mercado de capitais. Sennett utiliza a expressão de Bennett Harrison, "capital impaciente", para descrever essa busca de resultados de curto prazo. Ele observa que empresas como a Sunbeam e a Eron se tornaram "corruptas ou disfuncionais" ao tentarem aparentar uma "beleza institucional" para novos investidores. Os empregados são duramente atingidos pela desorganização e do ponto de vista institucional a medida é um fracasso, mas o ganho imediato, nessa lógica, compensa os desastres.

Nesse tipo de capitalismo a capacidade de inovar dá dividendos. Mais perigosamente, essa forma de gestão da empresa moderna parece se propagar mais além, contagiando administrações públicas em geral e até, em alguma medida, as universidades. Essa crença na renovação como um valor em si é um atributo empresarial que se generaliza e marca a nova situação estratégica em que o poder utiliza a variação para se exercer.

Ao mesmo tempo em que é uma fórmula econômica, o imperativo do novo produz uma configuração subjetiva que impõe ainda muitas outras perdas — para a produção de conhecimento, para a arte e para a vida das pessoas. A fábrica, figura emblemática do capitalismo industrial, tinha alcance limitado e exercia sua violência num espaço restrito — mesmo que realizasse o modelo da prisão, que se generalizava também em outras instituições "de sequestro", como as denomina Foucault (2003). Em contraste, a empresa — que em alguma medida substitui a fábrica no capitalismo ágil e de rotação rápida — está presente, como um modo de funcionamento e até como configuração subjetiva, por toda a sociedade.

Como observa Deleuze (1990: 245-247), os diversos meios (família, Estado, escola, etc.) tornam-se figuras deformáveis de uma mesma empresa e todos nós somos chamados a ser seus gerentes. Os meios disciplinares são mais retilíneos e direcionados, enquanto a empresa é mais ágil e plural — ou mesmo múltipla —, operacional em diversos níveis. Daí o contágio com as fórmulas empresariais hoje entre nós — que transbordam para muitos outros lugares, determinando os investimentos de desejo e se impondo como modo de vida.

Esses circuitos rápidos e flexíveis dependem também de uma outra manobra: uma espécie de ficcionalização que produz um aspecto quase quimérico do capital. As apostas no mercado de capitais operam com uma grande margem de ilusão. É o que Chesnais (2008) chama, a partir de Marx, de "capital fictício". O capital fictício é "a acumulação de títulos que são 'sombra de investimentos' já feitos" (Chesnais, 2008: 9). Essas sombras, na forma de títulos, adquirem "o aspecto de capital" para seus detentores e lhes rendem dividendos e juros. Em situações de crise, quantias desse capital podem simplesmente "desaparecer", revelando sua face de ficção. De repente se percebe que elas não existiam. Chesnais observa que o Banco Central dos Estados Unidos, diante da crise de 2008, agiu criando mais capital fictício para manter a ilusão do valor do capital. Gérard Duménil e Dominique Lévy (2003) chamam o "inchaço excepcional" do capital fictício de "emanação especulativa".

O excesso de ilusão pode fazer estourar a bolha, mas o circuito de investimentos vive de produzir essa ficção em situações normais. A desregulamentação visa a facilitar estas e outras manobras e vê-se como a agilidade do sistema, sua rapidez e flexibilidade, resultam portanto de truques bem urdidos.

É importante notar que esse fantasma, essa emanação produz efeitos sólidos e concretos. As distorções da hipermobilidade e da rápida rotação do capital desorganizam o mundo do trabalho, atingem mesmo populações inteiras — destituindo-as da riqueza que produzem para engordar os bolsos de especuladores — e, no plano subjetivo, criam um tipo de subjetividade tosca, rudimentar, que identifica destruição e novidade e acredita na liberdade do dinheiro.

Avaliando a crise de 2008, Paul Singer (2008) descreve como, nos momentos de alta da economia real, o mundo dos investimentos financeiros se anima e os banqueiros começam a acreditar que os riscos dos empréstimos que fazem são pequenos e se entusiasmam. É quando todas essas manobras que descrevemos estão dando certo. Singer observa que então o otimismo cresce e o entusiasmo se torna "contagante". De fato, as operações capitalistas dependem muito da adesão subjetiva dos bilhões de indivíduos que, de diversas maneiras, são

mobilizados para promovê-las e que podem se integrar na tarefa a ponto de se tornarem partes ou componentes desses arranjos.

Deleuze e Guattari (Deleuze, 2002) apontam que o capitalismo, ao destruir outros modos de produção e substituir-se a eles, não constituiu um novo código social. Ele precisou abrir os códigos das sociedades tradicionais e realizar uma espécie de liberação para que os indivíduos ficassem disponíveis para serem explorados e encaixados na sua organização de poder. Não criou, contudo, novos códigos e, assim, deixou solta uma grande quantidade de energia desejante. Os códigos tradicionais dizem, por exemplo, quando um indivíduo deve se casar ou com quem. O capitalismo precisou contrariar essa rigidez prescritiva para triunfar. Uma certa liberdade relativa se produziu, mas apenas para satisfazer os axiomas sem os quais a lógica do capital não funciona. É fundamental, portanto, para o capitalismo, controlar esses fluxos de desejo que não estão cerceados por códigos sociais mais prescritivos de forma que eles sejam direcionados para a promoção do capital.

O capitalismo precisa lidar com essa energia desejante para não ser ele mesmo contrariado, recapturando-a a fim de encaixá-la em seu regime subjetivo. Essa é a principal operação do capital. No espaço liso que se produz no capitalismo é preciso criar obstáculos para que o desejo não seja livre. Assim, o "capital liso" (Deleuze e Guattari, 1980: 614) não cessa de suscitar, quando lhe convém, não só a intervenção do capital estriado através de imposições do aparelho de Estado (como na ocasião das crises financeiras), mas novas marcas ou estrias que, embora não sejam da ordem da prescrição, obstam outros fluxos de desejo — marcando, portanto, impedindo à sua maneira.

Estamos acostumados a estranhas expressões para descrever o mercado de capitais, como "está nervoso", "acalmou-se". A subjetividade humana é um combustível importante para o sucesso desses jogos de ricos. Se a população, em larga escala e em toda a sua variedade, não se entusiasmasse mais com o capital, algum risco grave para ele certamente se produziria. Se se comesse a duvidar do imperativo da competição e do enriquecimento, se recusássemos as "alegrias do marketing" (Deleuze 1990: 247), se questionássemos as atuais máscaras em que o novo se confunde com o recente nas contagiantes fórmulas empresariais, nosso entusiasmo poderia talvez ser direcionado para outros lugares. O desejo em algum grau à solta — que o capitalismo mesmo soltou para que servisse à sua axiomática — poderia ser investido em outra coisa muito diferente, contrariando a lógica do capital.

Novas redes flexíveis

Os vários períodos históricos e as diversas sociedades são marcados também pelas máquinas que inventam. No contexto do capitalismo contemporâneo, um certo tipo de máquina acompanha e em certo grau enseja esses desdobramentos que descrevemos. São as máquinas informáticas e cibernéticas que realizam em grande parte o controle molecular do capital flexível.

Os computadores e seus programas têm permitido estocar e disponibilizar informação, interferindo na organização de instituições, empresas e nas vidas das pessoas. A internet, sobretudo na figura da rede mundial de computadores, ofereceu e impôs um novo tipo de comunicação — instantânea e de amplo alcance — num circuito descentralizado e multidirecional.

Nas sociedades disciplinares, como indica Foucault (1977 e 2003), o poder se exerce através de um conjunto de discursos e práticas — que consituem o que ele chamou de dispositivos — para assujeitar os indivíduos, produzindo corpos dóceis e "livres" (e portanto disponíveis para a produção), ao mesmo tempo que subjetividades normalizadas. O poder disciplinar, embora perpassasse todo o tecido social, se exerce tipicamente a portas fechadas nas instituições encarregadas de vigiar o comportamento e controlar o tempo dos indivíduos. Estes passam de internato a internato — sendo incluídos a cada vez na família, na escola, no exército, no hospital, na prisão. Para essa inclusão, os indivíduos são deslocados até ali, "sequestrados", e o controle é circunscrito ao local, embora os internatos funcionem de maneira análoga e referenciados ao modelo da prisão.

Em alguns momentos, mais tardiamente, Foucault declarou que as disciplinas começavam a entrar em ocaso — por exemplo, em uma entrevista de 1978, "La société disciplinaire en crise" (Foucault, 2001).

Deleuze (1990) explora essa mudança, chamando de "sociedades de controle" estas em que vivemos, em que o novo poder começa a substituir as disciplinas. Os internatos entram em crise e passam, em diferentes graus, para um regime mais aberto. Essa abertura resulta em parte das lutas travadas contra a sociedade disciplinar: questionando-se o poder médico e sobretudo a psiquiatria, desafiando-se as estruturas carcerárias, a autoridade escolar, etc. Mas, ao mesmo tempo, um outro tipo de poder se desenvolve que não depende do internamento para se exercer. Esse poder é tipicamente múltiplo, fragmentado, molecular. Deleuze diz que ele se exerce "ao ar livre". É o "controle", como o denomina a partir da expressão de Burroughs.

O poder vai investir agora outros instrumentos e esse investimento, ao contrário de ser a recompensa daqueles que lutaram contra as disciplinas, foi a forma encontrada para encaixar suas conquistas.

Era preciso desenvolver uma tecnologia de poder que pudesse de alguma forma incluir e reter, localizar e vigiar sem depender da proximidade espacial e mesmo da presença material do vigiado. Os internatos se abriam, mas o poder aprenderia a controlar doravante num regime aberto. Nessas condições, pode ser mais difícil perceber que se está sendo controlado e essa ilusão de liberdade é um componente fundamental para o exercício do novo poder.

Agamben (2009) mostra que todo dispositivo precisa da subjetivação para poder governar os indivíduos, do contrário se tornaria um mero exercício de violência — ou seja, é preciso produzir sujeitos integrados e contemporâneos do próprio dispositivo. Um dispositivo atua por assujeitamento. O que me parece característico dos dispositivos postos em marcha no regime do controle é a quase invisibilidade da sujeição, de forma que o assujeitado tem grande dificuldade em perceber que não é tão livre.

Os circuitos mundiais de comunicação por computador preenchem hoje em algum grau essa função de controle. Funcionam tipicamente ao ar livre, têm uma enorme abrangência e penetração molecular. Inscrevem eficientemente os indivíduos nos amplíssimos e variados repertórios virtuais, ao mesmo tempo em que produzem constantemente adesão ao tornarem o processo de assujeitamento menos perceptível.

Esses circuitos multidirecionados têm modificado muito nossas vidas, proporcionando e ao mesmo tempo impondo novas experiências. O mundo do trabalho se encontra totalmente desorganizado por novas obrigadoriedades que se apoiam em princípios informáticos e cibernéticos. Os novos regimes flexíveis de emprego — que apenas aparentemente liberam o empregado e podem tornar mais difícil reconhecer a exploração — dependem das ferramentas informacionais, como os softwares, e da imediatidade e da penetração das redes para funcionar. A nova forma de materialização da riqueza no capital financeiro — *impaciente, fictício, liso/estriado, flexível* — precisa dos circuitos múltiplos para a sua contabilidade. No domínio da arte e do conhecimento, surgem novos imperativos trazidos pelo regime das redes, sobretudo na figura da interação (Caiafa, 2000; Braga, 2001; Freire Filho, 2007; Primo, 2008).

Fazemos outras coisas com as nossas máquinas, mas não deveria nos escapar sua dimensão de controle. As novas facilidades que parecem só proporcionar são providenciais para o exercício de um poder que não pode cercear espacialmente e precisa incluir/registrar ainda mais exaustivamente que as disciplinas. Perceber essa dimensão de controle é passo

indispensável para a busca das potências criadoras que ao mesmo tempo se apresentam. Em todo caso, é interessante notar que a adesão aos novos circuitos de comunicação, informação e controle dependem de certas convicções que passamos a cultivar.

John Marks (2006) explora as origens da crença — característica do que ele chama, a partir de Jordan, "imaginário virtual" — de que a disseminação da informação na rede mundial de computadores seria em si um fenômeno positivo. O ciberespaço produziria transparência nas relações sociais e abriria a possibilidade de uma "ciberdemocracia". Ele mostra como a cibernética criada por Norbert Wiener emerge em parte como uma resposta aos horrores da Segunda Guerra Mundial e aos regimes totalitários como o estado soviético. Caracteristicamente, muitos desses despotismos dependiam do segredo. Essa constatação, além da percepção do colapso de valores que acompanhou esses acontecimentos, teria contribuído para a construção da crença de que a transmissão da informação seria em si mesma benéfica.

Seguindo Breton, Marks observa que o projeto de uma sociedade organizada em torno da comunicação se apóia num "modelo informacional do mundo". Nesse contexto, o grande temor é a entropia e o ruído nos sistemas de comunicação. As descobertas das leis gerais da comunicação deveriam, por sua vez, assegurar que a humanidade sobrevivesse a uma tendência natural à desordem. Assim, além de um modelo técnico, a cibernética é, afirma Marks (2006: 201) a partir de Day, "uma utopia social e comunicacional".

Wiener, junto com Shannon e Weaver, procuraram estabelecer leis gerais e naturais da transmissão de informação que se aplicariam tanto a sistemas tecnológicos quanto biológicos. Opera-se uma convergência, observa Marks, entre tecnologia e biologia. O vivo pode ser visto como uma encodificação de padrões informacionais. A biologia molecular contribuiu para esse princípio ao descobrir o DNA, estrutura fundamental da vida, e concebê-lo como um código informacional, o "código genético". Constrói-se a crença de que o vivo pode ser desmaterializado em padrões de informação. Marks lembra a aposta de Wiener de que um dia seria possível telegrafar um ser humano.

Com o advento da internet, tanto a perspectiva da utopia comunicacional, quanto a crença de que a informação nos permitiria transcender o corpo ganham força (Marks 2006: 202).

Consideremos, por exemplo, a atitude, não rara de se encontrar entre nós, de tomar os contatos na rede de computadores como equivalentes às conversações face a face. Eles são por vezes autorizados a substituir reuniões políticas ou de trabalho em que questões decisivas podem estar em pauta. A comunicação epistolar não gerou jamais essa crença, e sequer o

telefone, mesmo com as suas facetas mais recentes de múltiplas linhas. De fato, nos contatos na rede há muito mais recursos. É possível adicionar comentário a comentário — nos chats, nos e-mails, nos blogs — e a qualquer momento que se queira. Essas novas facetas podem levar a concluir que se está conversando.

Os riscos são, em primeiro lugar, decorrentes dessa mesma qualidade, a de multiplicar os comentários. O acúmulo pode produzir o circunlóquio e muito mais o emaranhado do que a multiplicidade. Quando comparecemos a uma reunião nos comprometemos e nossos gestos estão aparentes pelo próprio fato de termos conduzido nosso corpo ali. Nos debates à distância podemos nos omitir a qualquer momento ou acumular exaustivamente comentários até esvaziar a discussão. A diversidade das observações pode desaparecer no turbilhão e o descompromisso também contribui para que a alteridade não se produza. A crença de que seria possível transcender o corpo tem um papel particularmente perverso aqui pois está acompanhada de um desejo de desmobilização.

É certo que a rede mundial de computadores possui um poder convocatório extraordinário de que se tem feito uso igualmente. Pode ser também interessante em alguns momentos recorrer à exposição que a instantaneidade e o grande alcance possibilitam, além de outros recursos que vamos descobrindo. Observamos ao mesmo tempo que há tanto mais chances de fazermos usos vigorosos dessas descobertas quanto tivermos superado o registro do entusiasmo e da adesão imediata.

Dentro desse campo de problemas, é interessante notar como nossa época está marcada pela produção de uma loquacidade vazia. Esta não ocorre só na rede onde, aliás, outros tipos de expressão certamente existem. Por outro lado, foi essa nova tecnologia que nos trouxe o modelo tanto da interação — deslocando e renovando antigas mídias, como a televisão — quanto da profusão ou acúmulo.

Hoje somos constantemente incitados a nos expressar, a ingressar nos circuitos da opinião. São as enquetes, os telefonemas para as emissoras de televisão, assim como os blogs e o twitter que anunciam insistentemente o que os seus autores acham, o que fizeram ou o que estão fazendo. O imperativo de se expressar gera uma espécie de falatório em que as indicações tendem a perder sua especificidade. Acaba importando pouco o que se diz e mesmo as afirmações mais vigorosas podem perder seu potencial de interferência. Tudo parece estar ali apenas para ser consumido. Sempre que se consegue produzir outros acontecimentos, inclusive na rede, é porque conseguimos ultrapassar o circunlóquio e gerar algum pensamento.

Todos esses efeitos se realizam no contexto de um aparato grandioso de conexão à distância onde o grande imperativo é certamente o de nos inserir em repertórios de inscrição. Na rede de computadores se realiza amplamente o novo tipo de controle ao ar livre.

As pessoas começam a perceber em algum grau esses aspectos limitadores dos circuitos flexíveis de nossa época. Vários pesquisadores estão escrevendo há algum tempo sobre esses problemas, inclusive no Brasil. Por exemplo, Fernanda Bruno (2004) tem explorado os processos de visibilidade e vigilância na produção da subjetividade contemporânea. Paula Sibilia tem estudado as situações de exposição de si nas redes de computador e explorado os vários aspectos dessa lógica da exibição no "capitalismo informatizado" (Sibilia, 2008: 123). Moatti (2008) se preocupa com os efeitos dessa circulação acelerada de informação sobre a investigação jornalística.³

Cabe-nos tentar entender essas novas imposições, inclusive para podermos aproveitar as novidades de nossa época, para podermos fruir do que afinal vem com tudo isso e pode se perder se aderimos imediatamente e sem crítica.

Falácias do múltiplo

Os passeios nesse domínio em que depositamos quantidades imensas de informação podem divertir-nos muitas vezes, mas também marcam o nosso percurso e nos expõem a um novo tipo de controle. Os roteadores funcionam, como seu nome já diz, seguindo e marcando as rotas. Não parece haver mais nada ou ninguém que não possa ser localizado, rastreado, roteado.

As fichas da escola ou do hospital tinham um alcance muito mais limitado. Nas redes de comunicação a extensão da superfície de inscrição é enormemente ampliada. Os repertórios virtuais consistem num espaço constantemente disponível e que se materializa a qualquer momento. E, ainda, a conclamação à inscrição invariavelmente aparece como uma oportunidade. Parece que essas inscrições nada exigem, apenas proporcionam. Isso conquista a adesão das pessoas às próprias condições de sua localização e controle.

Diferentemente do poder normalizador das disciplinas, que inscrevia com a preocupação de avaliar como o indivíduo se conduzia, se comportava, objetiva-se agora a sua colocação numa superfície de consumo. Como indiquei em outro trabalho (Caiafa, 2008), não se trata mais do tipo psicológico, mas do perfil do consumidor. As empresas se aproveitam

³ Cf. também, por exemplo, ADGHIMI (2002), BRETAS (2006), CUNHA (2001), FERRAZ (2009); LEMOS (2010) e SODRÉ (2006).

desses imensos arquivos para conquistar clientes. Esses recursos de penetração constante e minuciosa são, como se sabe, igualmente utilizados hoje para localizar os empregados e fazê-los produzir a qualquer hora, nas férias, na pausa obrigatória e legal que uma nova legalidade revoga.

A mobilidade permite nos deslocar, nos realocar, desde que não nos furtemos à inscrição. São colocações flexíveis, mas perfeitamente utilizáveis por aqueles que ocupam posições dominantes nessa superfície múltipla onde a partilha de poder pode ser apenas aparente. Ao nos inscrevermos ali, nos colocamos como *disponibilidade* — nos tornamos disponíveis como todo o resto: textos, imagens, etc. Como *disponibilidade*, nos expomos a essas utilizações.⁴

Esses recursos, de dimensão ampla e penetração molecular, são hoje a melhor forma de não só contabilizar a nova forma flutuante do capital, mas também controlar os investimentos de desejo. Encontramo-nos hoje extremamente mobilizados e absorvidos por essas operações — seja por imposição de nosso trabalho, seja por adesão. Nosso tempo tende a ser totalmente ocupado sem que seja necessário nos colocar na mira de um bedel ou de um delegado. Nossos investimentos de desejo são ainda mais facilmente dirigidos nessa situação em que acreditamos que a vigilância ocorre para nossa vantagem.

Não que não se possa construir um investimento potente de desejo na rede, mas não há dúvida que a superfície flexível permite muitas manobras de controle. Essas manobras são igualmente possíveis em outras experiências que mobilizam essa aposta no múltiplo em nossa época.

Sennett (1998) analisa os regimes de gestão flexível no mundo do trabalho e mostra como é falsa a idéia de que haveria ali uma descentralização do poder de forma que as pessoas teriam mais controle sobre suas atividades. Há uma descentralização, mas os sistemas de informação permitem aos dirigentes ter uma visão muito abrangente da organização de forma que é possível observar cada ponto da rede. A rede pode ser um "arquipélago", mas existe também um "continente de poder".

Nesse regime de trabalho, o controle é exercido através da imposição de certas metas para uma ampla variedade de grupos na organização. Cada unidade pode escolher a forma de atingi-las. Contudo, essas metas fixadas estão muito além da capacidade desses grupos e se encontram totalmente fora de sincronia com as realidades da oferta e da demanda. Os dirigentes no continente de poder pressionam mais e mais os grupos a produzir a despeito

⁴ Defini e explorei a figura da *disponibilidade* no contexto do poder contemporâneo em trabalhos anteriores. Cf. CAIAFA, 2000 e 2008.

dessas realidades. "Harrison chama essa rede de relações instáveis e desiguais" — escreve Sennett (1998: 56) — de 'concentração sem centralização'".

Na organização flexível raramente se diz ao empregado como realizar uma tarefa, mas se o pressiona para atingir o inatingível, estimulando a produzir mais e mais. Não há chefia imediata, o que também pode dar a aparência de liberdade, mas os dirigentes têm condições técnicas de controlar minuciosamente a produtividade desses grupos sobrecarregados que se encontram dispersos na rede. Sennett diz que a estrutura institucional não é mais simples, se comparada com a antiga fábrica. Ela é "mais convoluta". A multiplicação e a dispersão no capitalismo flexível não são garantia de liberdade.

De fato, os procedimentos do capital liso/estriado nos diversos circuitos multidirecionais, ao produzirem tantos efeitos perversos, dão lugar a um novo modo de subjetivação. Nesse modo de subjetivação, somos tomados como um conjunto de inscrições móveis, um *feixe de atributos* que não resulta sequer num indivíduo integral, como o que se produzia nas disciplinas. Somos assujeitados enquanto um *conjunto instável de inserções* numa superfície multidirecional, como pontos de cruzamento entre bancos de dados. Trata-se de um novo regime de subjetivação. É de uma outra forma que se é assujeitado nos dispositivos do controle. É uma subjetividade mais resumida, mais estreita ou rasa que aquela que emerge da normalização disciplinar. A maior dificuldade em se perceber assujeitado inscreve esses *indivíduos precários* de forma mais radical no dispositivo, numa aderência mais perfeita, como com uma folha fina e lisa que vai se integrar ou se adaptar muito bem à superfície. É essa *subjetividade adaptada, inacabada e constantemente rudimentar* que resulta dos novos recursos de inscrição e que vemos emergir desses usos do múltiplo no contexto do poder contemporâneo.

No capitalismo contemporâneo, o espaço liso não cessa de vomitar o estriado, um suscita o outro. O espaço liso que se produz de fato não nos salva. Seria preciso perceber essas conversões mútuas em que o poder pode concentrar, comandar e assujeitar numa superfície descentrada. O poder agora anuncia novas liberdades só para controlar melhor.

Escapes

Já se começa a perceber e a discutir o aspecto de controle dos circuitos ágeis com que o capital trabalha hoje. Considerar este ponto como problema é fundamental para as lutas no mundo do trabalho, por exemplo, que agora encontram tão pouco espaço, justamente porque o recurso à aparente divisão de poder mascara a exploração. No campo da arte e da produção de

conhecimento é igualmente importante duvidar da celebração desse múltiplo desvitalizado e perfeitamente integrado no conjunto dos novos truques do poder.

No caso das redes de computador, a superexposição de que somos alvo também começa a ser objeto de pensamento, mas é longo o caminho para se descobrir como se furta a esse novo tipo de esquadramento que se apresenta antes como benefício. Seria possível tentar informar o mínimo, fugir em alguma medida à insistência para que nos coloquemos, para que nos inscrevamos nesses repertórios? Deleuze (1990: 238) escreve que seria preciso criar "interruptores" ou "vacúolos de não-comunicação" para escapar ao controle. Precisamos de uma zona de alguma sombra e silêncio nos fluxos de supercomunicação.

Seria preciso talvez construir algum tipo de *recusa* ao poder contemporâneo, que vive também de anunciar que tomou conta de tudo e que se encarrega agora ele mesmo de produzir os espaços de contestação. Esse anúncio produz a crença — às vezes explicitada, mas de toda forma bem compartilhada — de que só é possível agir concendendo alguma coisa ao poder e operando dentro de seu domínio. A restauração da prática da recusa — contra a docilidade tão facilmente obtida hoje — me parece fundamental para a luta contra os dispositivos contemporâneos.

Em nossa época há uma pletora de possibilidades que se abrem junto com os truques do controle e que poderíamos talvez aprender a explorar a nosso favor. Esse aprendizado é longo e árduo e exige uma espécie de pessimismo, antes de tudo, para se realizar.

Resta-nos tentar compreender a situação em que vivemos, onde as novas estratégias de poder envolvem uma identificação com ideias e práticas contestatórias. Confundir-se com elas é uma de suas artimanhas. Muitas vezes a conclamação a aderir às supostas benesses do capital flexível nos chega com a bandeira da multiplicidade e da diferença. Nos mais diversos contextos vemos o vocabulário do múltiplo entrar num regime de oficialidade. Contudo, se nos detemos, podemos perceber que, a rigor, não se gerou aí multiplicidade.

Deleuze e Guattari (1980) escreveram que apenas gritar "Viva o múltiplo!" não produz necessariamente multiplicidade. Porque trata-se de uma luta e de um trabalho. As multiplicidades são arduamente construídas.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *What's an Apparatus? and Other Essays*. Stanford, California: Standord University Press, 2009.

ADGHIMI, Zélia Leal. Informação on line: jornalista ou produtor de conteúdo? *Contracampo*, v. 6. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2002.

BRAGA, José Luiz. Interação & recepção. In: *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade*. FAUSTO NETO, Antônio; HOHFELDT, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar e PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BRETAS, Beatriz. Ativismos na rede: possibilidades para a crítica da mídia na internet. *Narrativas telemáticas*. In: BRETAS, Beatriz (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Revista Famecos*. Porto Alegre, nº 24, julho 2004.

CAIAFA, Janice. *Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2000.

————— Questões para a arte hoje. *Concinnitas. Revista do Instituto de Artes da UERJ*. Rio de Janeiro, ano 9, volume 1, nº 12, julho 2008.

CHESNAIS, François. Como a crise de 29, ou pior... Um novo contexto mundial. *ADUFRJ seção sindical. Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN*. Rio de Janeiro, ano X, nº 600, 21 de outubro de 2008.

————— A "Nova Economia": Uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHENNAIS, François et al (orgs.). *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

CUNHA, Gustavo. Internet e mobilização social: a necessidade de uma filtragem qualificada. In: *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade*. FAUSTO NETO, Antônio; HOHFELDT, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar e PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DELEUZE, Gilles. *Pourparlers*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

————— Sur le capitalisme et le désir (avec Félix Guattari). In: *L'Île déserte et autres textes. Textes et entretiens 1953-1974*. LAPOUJADE, David (Org.). Paris: Les Éditions de Minuit, 2002.

————— e GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

DUMÉNIL, Gérard e LEVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François et al (Org.). *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. Do espelho machadiano ao ciberespelho: interioridade na atual cultura somática. *Revista Famecos*, Vol. 1, N. 39, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*. Paris: Éditions Gallimard, 1977.

————— *La société disciplinaire en crise. Dits et écrits II, 1976-1988.* Paris: Quarto Gallimard, 2001

————— *A Verdade e as Formas Jurídicas.* Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

FREIRE FILHO, João. Sociedade do espetáculo à sociedade da interatividade? In: *Guy Debord: antes e depois do espetáculo.* GUTFREIND, Cristiane Freitas e SILVA, Juremir Machado da (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

LEMONS, André. Mídias locativas e vigilância. Sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. In: *Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação.* BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta e FIRMINO, Rodrigo (Org.). Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.* Rio de Janeiro: editora 34, 1993.

MARKS, John. Information and Resistance: Deleuze, the Virtual and Cybernetics. In: *Deleuze and the Contemporary World.* BUCHANAN, Ian e PARR, Adrian (Org.). Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

MOATTI, Michel. Comunicação em demasia mata a informação. *Revista Famecos.* Porto Alegre, volume 35, nº 1, abril 2008.

PRIMO, Alex. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura e cognição.* Porto Alegre: Sulina 2008.

SENNETT, Richard. *The Corrosion of Character. The personal consequences of work in the new capitalism.* New York and London: W.W. Norton & Company, 1998.

————— *A cultura do novo capitalismo.* Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SINGER, Paul. Caindo na real. *Suplemento Mais!. Folha de S. Paulo,* 2 de novembro de 2008.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede.* Petrópolis: Vozes, 2006.